

A REPETÊNCIA E A REPROVAÇÃO EM UM GRUPO ESCOLAR MINEIRO, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

GRADE RETENTION AND FAILURE IN A SCHOOL IN MINAS GERAIS IN THE FIRST DECADES OF THE 20TH CENTURY

LA REPETICIÓN Y LA REPROBACIÓN EN UN GRUPO ESCOLAR MINERO, LAS PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XX

Fernanda Cristina Campos da Rocha

Doutoranda em Educação pela UFMG

RESUMO

Neste capítulo, a intenção é compreender como a temática da repetência aparece na escrituração de um grupo escolar mineiro, O Grupo Escolar Paula Rocha, localizado na cidade de Sabará, em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX. As principais fontes coletadas e analisadas foram as atas de exames; os termos de promoções e os livros de matrículas, localizados nos arquivos da escola; os relatórios de diretores e inspetores do grupo que se encontram no Arquivo Público Mineiro; e a legislação referente ao período. Em um primeiro momento, apresentarei como se deu a instituição da escola graduada em Minas Gerais, e, posteriormente, analisarei o léxico utilizado na escrituração escolar e algumas práticas relativas a repetência e reprovação no Grupo Escolar Paula Rocha. Foi possível constatar que as promoções no 1º ano não estavam relacionadas somente com as aptidões ou competência das crianças. Na verdade, a prática de promoção e retenção foi uma prática escolar adotada no grupo em questão. Assim, o trabalho também evidencia as dificuldades encontradas pelo corpo docente do grupo para implementar o ensino primário de quatro anos, o que levou a algumas medidas criativas dos sujeitos escolares, que foram inserindo em seu cotidiano, práticas escolares diferentes das previstas na legislação, como por exemplo o desdobramento do 1º ano em dois períodos, cada um deles, com duração de um ano. Essa prática acarretou em um percurso escolar de, no mínimo cinco anos de duração no grupo escolar em questão, o que destoava da prescrição legal.

Palavras-chave: Cultura escolar, repetência, exames.

ABSTRACT

The following chapter tries to understand how grade retention is described in the records of a school in Minas Gerais called Grupo Escolar Paula Rocha in the city of Sabará in the first decades of the 20th century. The main sources were the exam minutes, passing criteria and the registration records within the school files, principal's and supervisors records that were in the Minas Gerais public records, and the legislation at the time. Firstly the author presents how schools were established in Minas Gerais and then the vocabulary used within the school records and some practice related to failure and passing criteria at Grupo Escolar Paula Rocha. It was possible to realize that passing within the first grade was not related to children abilities or competences. In fact, passing and failure was a practice used at Grupo Escolar Paula Rocha. Thus, the study shows the difficulties in implementing a four year elementary grade, which led to some creative measures by the school administration. They inserted in the school daily routine some peculiar

academic practices from those foreseen within the law such as splitting the first grade in two parts where each one lasted one year. Such practice increased the grade from four to five years which was different to what the law prescribed.

Key words: School culture, school failure, exams.

RESUMEN

En este capítulo, la intención es entender cómo el tema de la repetición aparece en la contabilidad de un grupo escolar de “mineiro”, el Grupo Escolar Paula Rocha, ubicado en la ciudad de Sabará, Minas Gerais, en las primeras décadas del siglo XX. Las principales fuentes recogidas y analizadas fueron las actas de exámenes; los términos de promociones y los libros de registros que se encuentran en los archivos de la escuela; los informes de los directores e inspectores del grupo que se encuentran en el Archivo Público Mineiro; y la legislación del período. En un primer momento, será presentado cómo era la institución de la escuela de graduados en Minas Gerais, y posteriormente será analizado el léxico utilizado en las escrituras de la escuela y las prácticas relacionadas con la repetición y reprobación en el Grupo Paula Rocha. Se encontró que las promociones en el 1er año no se refieren únicamente a la aptitud o competencia de los niños. De hecho, la práctica de la promoción y retención fue una práctica escolar adoptada en el grupo en cuestión. Por lo tanto, el trabajo también muestra las dificultades encontradas por los docentes para poner en práctica la enseñanza primaria de cuatro años, lo que llevó a algunas medidas creativas de los sujetos escolares, que fueron incluyendo en su cotidiano, prácticas escolares diferentes de las previstas en la legislación, como por ejemplo el despliegue del 1er año en dos períodos, con una duración de un año. Esta práctica dio lugar a una carrera en la escuela de al menos cinco años de duración en el grupo de la escuela en cuestión, que se diferenciaba de la prescripción legal.

Palabras-clave: cultura escolar, repetición, exámenes.

A instituição da escola graduada em Minas Gerais e o Grupo Escolar Paula Rocha.

A escola primária no Brasil, materializada no período da Primeira República, através dos grupos escolares, é objeto de várias pesquisas, no âmbito da História da Educação. Sua institucionalização se deu em diferentes estados brasileiros. O primeiro estado a instituir os grupos escolares foi São Paulo em 1894, seguido por Maranhão (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte (1908), Mato Grosso (1908), Espírito Santo (1908), Santa Catarina (1911), Paraíba (1911), Sergipe (1916).

Em Minas Gerais, antes das mudanças estabelecidas por João Pinheiro através da Reforma de 1906, que instituiu a escola graduada no estado, algumas ideias já vinham sendo discutidas pelos intelectuais e políticos republicanos mineiros do período. Segundo Isobe (2013) as Mensagens e Relatórios dos Presidentes de Estado, Secretário do Interior e inspetores indicavam que a situação do ensino primário era precária e apontava a necessidade de reformas enfatizando a formação de professores, a implantação de novos

métodos de ensino, à instalação de prédios próprios para as escolas com condições higiênicas adequadas e a reforma da inspeção do ensino.

Baseado na viagem para qual foi comissionado, Estevam de Oliveira, fez a crítica do ensino primário mineiro existente até então, pautado nas escolas isoladas e delineou os pressupostos da Reforma de 1906, propondo uma mudança radical no ensino normal e primário mineiro, com o intuito de introduzir uma nova concepção de escola.

Muitos estudos já foram realizados sobre essa Reforma, não sendo meu intuito fazer uma análise detalhada sobre a mesma. De todo modo é importante registrar que em setembro do ano acima aludido, o então Presidente do Estado de Minas Gerais, o Dr. João Pinheiro da Silva, juntamente com seu Secretário do Interior, Dr. Manuel Tomaz de Carvalho Brito, introduziu em Minas Gerais uma modificação substancial no ensino primário: a instituição dos grupos escolares. Entender e analisar tal Reforma possibilitou uma melhor compreensão da implementação desta no interior do grupo pesquisado, principalmente no que tange as práticas relativas a avaliação dos alunos no grupo, e conseqüentemente da repetência e reprovação, além da aceitação ou não aceitação de algumas medidas e também as dificuldades encontradas na prática escolar das professoras do grupo e da direção para cumprir as determinações legais previstas com a Reforma. Esta trouxe um novo modelo escolar não mais centrado nas escolas isoladas.

Neste período, o foco passou a ser a constituição dos grupos escolares, que eram vistos como a possibilidade de preparar os sujeitos dentro de uma nova realidade: a vida republicana. Logo após a Reforma de 1906, a educação primária em Minas Gerais experimentou

“um processo de racionalização que atingiu tanto a definição, a divisão e o controle dos espaços e dos tempos escolares quanto os processos e os métodos de ensino, impondo, com isso, normas disciplinares sobre os professores e, notadamente, sobre os (as) alunos (as). Essa racionalização não pretendia diminuir a abrangência da educação, mas ao contrário visava dar conta de suas tarefas cada vez mais amplas e complexas”. (FARIA FILHO e VAGO, 2000, p.43).

A Reforma de João Pinheiro introduziu importantes mudanças no ensino primário, com a instituição deste novo modelo escolar: o ensino graduado, com quatro anos de duração; a constituição de turmas homogêneas, ou seja, pelo nível de aprendizagem; a conformação e a prescrição de um programa de ensino; a definição de horários específicos, entre outras. Além disso, muito mais do que ensinar a ler, escrever e contar, com a Reforma, a escola passou a ser um *“lugar específico para uma educação específica – ‘o desenvolvimento da educação popular sob o tríplice aspecto físico, intelectual e moral’”*. (FARIA FILHO E VAGO, 2000, p.38). A escola deveria impor novos hábitos culturais às crianças e também prepará-las para o mundo do trabalho.

É necessário destacar, porém, que o processo de modernização do ensino pautado na Reforma, não significou imediatamente a superação das propaladas péssimas condições de ensino, materializadas nas escolas isoladas. Este modelo era alvo de críticas e considerado pernicioso para o projeto de escolarização republicano. Porém as escolas isoladas continuavam a ser construídas e era onde se concentrava a maior parte dos alunos. Além disso, a maioria da população permanecia fora das escolas.

Importante destacar que assim como observado em outras regiões, em Sabará, a criação do GEPR, não ocorreu tão qual esperado. Este foi criado em 1907 com a reunião de cinco cadeiras isoladas existentes na região. Poucos anos após sua inauguração, o prédio escolar era alvo de críticas e reclamações por parte da direção e da inspeção. As salas de aula não atendiam aos preceitos higiênicos do período, ou seja, elas eram mal ventiladas e iluminadas, o que era alvo de reclamações constantes à Secretaria do Interior.

Nos relatórios de inspeção e direção encontram-se várias queixas como a *“superlotação”* das classes (que chegou ao número de 70 alunos) e a falta de materiais que servissem de suporte ao trabalho do professor. Além disso, a falta de espaço físico, importante aspecto da época, no caso do GEPR foi um problema, visto que o Grupo fora criado como escola anexa da Escola Normal e, somente em 1925, teve um prédio construído dentro dos preceitos exigidos no período.

A organização das classes ou anos escolares, logo após a inauguração do GEPR, em 1907 se deu da seguinte forma, havia quatro classes do 1º ano, 2 classes do 2º

ano e 2 classes do 3º ano; não havia o 4º ano primário. Somente em 1908 ocorreu a criação do 4º ano, constituído por apenas uma única turma mista. Chamou a atenção o fato do 1º ano primário ser bipartido ou, dizendo de outra forma, desdobrado. Isso resultou na existência de quatro classes, cada uma com um professor diferente. Ou seja, a divisão do 1º ano primário em 1907, naquele grupo escolar, como a autora pôde observar com a análise dos relatórios de direção e inspeção, se dava do seguinte modo: 1º semestre do 1º ano, classe feminina; 2º semestre do 1º ano, classe feminina; 1º semestre do 1º ano, classe masculina e 2º semestre do 1º ano, classe masculina. Essa questão será retomada mais à frente.

As denominações acima citadas também são encontradas, dessa mesma forma, no Programa de Ensino presente na Reforma. Porém, neste caso, não para definir um nível de escolarização (ano escolar), como no caso do GEPR, e sim para definir o conteúdo a ser ensino nos dois semestres de cada ano escolar. Mesmo assim, pode-se inferir que a Reforma e o Programa de ensino configuravam a denominação para o desdobramento do 1º ano primário do grupo. Inicialmente, a opção do corpo docente do grupo foi utilizar uma denominação presente na legislação de ensino.

A divisão dos alunos no 1º ano primário, naquela instituição, estava relacionada com o nível de aprendizagem do aluno e também com a idade da criança, sendo o primeiro critério prioritário. A preocupação em dividir os alunos por esses critérios era mais forte até mesmo do que em dividi-los por sexo (divisão comum no período). No GEPR, por todo o período analisado, há classes mistas, ou seja, com meninos e meninas, e isso não se dava pelo fato de não haver número de alunos suficiente para abrir uma classe – fato que era previsto na legislação – e sim porque a preocupação maior era dividir as crianças por nível de aprendizagem, sobrepondo-se, dessa forma, ao critério da divisão por sexo. Fica claro, dessa maneira, a preocupação com a homogeneização das turmas, discussão presente no debate pedagógico do período, o que indica a centralidade que a aprendizagem assumiu neste período, em conformação com os preceitos da escola graduada.

As denominações 1º ano do 1º semestre e 1º ano do 2º semestre foram utilizadas no GEPR até 1912. Em 1913, há uma mudança e as expressões encontradas na

documentação passaram a ser 1º ano atrasado e 1º ano adiantado. Contudo, a modificação foi apenas no termo, e não no perfil de aluno que havia em cada classe.

Ao me deparar com essas denominações, comecei a questionar o que elas significavam. Passei a indagar se elas caracterizavam atraso ou adiantamento escolar. Como se dava a distribuição dos alunos por essas classes? Essa era a organização das classes no GEPR. Havia nessa instituição pelo menos quatro classes de 1º ano, durante a primeira década após sua inauguração. Essa organização das classes nos mostra que as práticas escolares nem sempre eram configuradas pelas determinações legais. A legislação vigente no período não determinava que a organização das classes fosse da forma como era no grupo em questão. As necessidades cotidianas, percebidas pelos sujeitos envolvidos com a rotina escolar daquele grupo, fizeram surgir práticas, muitas vezes, não prescritas legalmente.

Essa forma de organizar as classes foi uma maneira particular encontrada pelos professores do GEPR. Uma experiência parecida ocorreu n Paraná, em São José dos Pinhais, no Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro, em 1912, como pude observar com a leitura da dissertação de Rodrigues (2007). Neste grupo, o corpo docente cria o 5º ano no primário. A trajetória dos alunos que concluísse o primário seria então: 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano. Tanto a experiência do Grupo Escolar Paula Rocha quanto do Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro evidencia o caráter criativo do sistema escolar, como bem nos alertou Chervel (1990). Por mais que haja uma prescrição legal, que deveria ser cumprida (e que muitas vezes era), há uma distância entre o que está presente na lei e o que realmente ocorre no cotidiano da escola.

O léxico utilizado na escrituração escolar e algumas práticas relativas a repetência e reprovação no Grupo Escolar Paula Rocha.

Repetência? Reprovação? Não promoção? Quais termos aparecem na escrituração escolar? Os termos se mantiveram ao longo do período? Eles possuem o mesmo sentido? O que significa repetir o ano ou reprovar? Nas diferentes fontes, os termos utilizados são

os mesmos? Quais são as possíveis explicações para a escolha do léxico? Quais eram as práticas escolares em torno da repetência ou reprovação escolar dos alunos?

No Grupo Escolar Paula Rocha, já em 1907-1908, observa-se que a principal causa da não conclusão do primário, no período aludido, era a retenção dos alunos no 1º ano primário, que muitas vezes chegava a 6 ou 7 anos de repetência. Isso, em muitos casos, gerava a desistência da escolarização, ou seja, a evasão escolar, mesmo que temporária. Segundo Rocha (2008), o primeiro ano era:

O maior responsável pelas retenções e pelo longo tempo para concluir o primário. O 1º ano é o “gargalo” do ensino primário. Dos 228 alunos matriculados no Grupo em 1907, 117 repetiram o 1º ano primário, 40 alunos foram para o 2º ano primário e as outras 71 crianças saíram do grupo. Se pegarmos a trajetória do grupo de 1907 a 1916, vemos que o número de crianças matriculadas no 1º ano primário é sempre muito maior do que as matriculadas nos outros anos do curso. (p. 76).

O que significava ser repetente no início do século XX? E reprovado? Um aluno repetente tinha o mesmo sentido de um aluno reprovado? Quando um aluno não progredia para o ano seguinte, como isso aparecia na fonte analisada? Qual o léxico utilizado pelos professores, diretores e inspetores de ensino para caracterizar esse fenômeno?

Na tentativa de elucidar os termos, realizei uma busca primária na base de dicionários de Língua Portuguesa que se encontra na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, cobrindo o período de 1890 e 1928 e busquei o significado dos dois verbetes. Consultei no total 10 dicionários.

O que pude observar com a análise dos significados encontrados foi que o termo repetência, nestes dicionários, tinham como significado “a ação de repetir” e o termo repetente apareceu como aquele que repete “o que faz repetição nas escolas” ou ainda, “que repete as disciplinas de um curso” (Diccionario da Lingua Portuguesa, 1913). Em outro dicionário consultado “diz-se do estudante que volta a cursar novamente uma disciplina que já cursou”. (Aulete, 1925). Não há um sentido negativo do termo, ele não está relacionado à inaptidão ou incompetência do aluno.

Já o termo reprovação tem um caráter negativo, o sentido de desaprovar alguma coisa. Em 1925, no dicionário de Aulete, o termo aparece como “Acção ou effeito de reprovare. Censura, reprehensão, desprezo”. O reprovado é aquele que não foi aprovado, o rejeitado, censurado. No mesmo dicionário citado anteriormente o termo reprovado aparece como “aquelle cujas provas foram julgadas insufficientes para passar a outra disciplina (em estudos); o que foi julgado incapaz no exame a que se submeteu”.

Parece que no início do século XX não tinha o mesmo significado um aluno *repetente* de um aluno *reprovado*. No primeiro caso, o aluno repetente era aquele que repetia um ano do ensino, não necessariamente por ter sido reprovado no exame final. Não há o sentido de inaptidão ou inabilidade do aluno. Já no segundo caso, o aluno reprovado era aquele que reprovava no exame, que era considerado incapaz de seguir o curso, por não ter conseguido nota. A partir da análise das fontes realizadas busquei compreender melhor este elemento da dinâmica escolar. De todo modo, creio que a repetência escolar não nasceu como um problema logo após a Reforma João Pinheiro. No entanto, ainda nas primeiras décadas do século XX, tornou-se um problema a ser combatido.

Em trabalho recente, apresentado na 37ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Gil (2015) parte da compreensão de que nem sempre foram assumidos como problema eventos, “tais como, a existência de alunos que não aprendiam no ritmo esperado as matérias previstas no programa e o fato de que continuassem na escola mais tempo até que ficasse evidente o domínio dos conteúdos escolares” (p. 1). Neste artigo a autora também aponta uma distinção dos termos reprovação e repetência. Para Gil (2015):

A reprovação corresponde ao resultado nos exames ou nas avaliações finais que indica que o aluno não teve o desempenho mínimo estabelecido como desejável. A retenção é decorrência dessa reprovação, visto que determina, assumido o modelo de escola seriada, a impossibilidade de o aluno seguir no fluxo normal de uma série a outra. Já a repetência aponta para o fenômeno da permanência na escola dos alunos retidos em determinada série, que vão se submeter a cursá-la novamente. (p.3)

Nas fontes analisadas até o momento, o termo reprovação, repetência ou retenção não aparecem. Em relação a adjetivação do aluno que repete um ano do ensino, o termo que aparece até a década de 1920, é o termo repetente. O termo reprovado não foi encontrado em nenhum dos documentos referentes a escrituração escolar. No caso do GEPR, pela análise das fontes, o aluno repetente podia ser tanto aquele que foi submetido ao exame final e não conseguiu média satisfatória e por isso deveria repetir o mesmo ano, quanto o aluno que sequer era submetido aos exames finais, por orientação da professora e deveriam permanecer no mesmo ano por ser considerado “pequenino”, expressão encontrada freqüentemente nos relatórios de inspetores e da direção. Neste último caso, isso só ocorria no 1º ano primário. Segundo Rocha (2008):

Não havia nenhuma consideração, na legislação, sobre os alunos mais jovens não serem submetidos a exames. Dessa forma, podemos considerar que esse fato foi uma prática escolar singular, adotada pelo grupo, o que mostra que o cotidiano da escola faz surgirem práticas escolares não previstas na legislação. Mesmo com a preocupação demonstrada pela direção em seguir as prescrições legais, ela não deixa de buscar soluções, mesmo que diferentes das previstas legalmente para solucionar questões do cotidiano escolar.

No Grupo Escolar Paula Rocha é possível afirmar que nem sempre repetir o ano tinha o sentido de “incompetência”, “inaptidão” ou “incapacidade” do aluno, uma vez que em muitas situações o aluno sequer era submetido aos exames finais. Um exemplo desse fato se deu em 1913, como pude constatar através da ata de exame desse ano. Após a escrita dos resultados finais dos exames dos alunos do 1º ano, em que foram apresentados os nomes e as respectivas notas alcançadas, a diretora Maria José dos Santos Cintra, escreve:

Os demais alumnos deste ano em numero de 135 revelaram grande aproveitamento conforme se vê das declarações exaradas pelas bancas examinadoras nas respectivas listas de chamada. Como, porem, no seu entender, o primeiro anno constiue a pedra angular de todo o ensino, foram as citadas bancas de parecer que devem estes continuar no mesmo primeiro anno, a fim de integralizarem as matérias nelle consignadas.

Com este trecho fica claro que o aluno repetente nem sempre era aquele que não obteve o desempenho esperado pelos professores. Além disso, a repetição não era problema, apenas fazia parte do processo de aprendizagem. Havia outros motivos para que o aluno repetisse o ano. No Grupo Escolar Paula Rocha a razão da repetição de um ano escolar, especialmente o 1º ano primário, mesmo o aluno tendo alcançado média satisfatória no exame é o fato do aluno não estar “maduro”. Além disso, muitas vezes eles não eram nem submetidos aos exames.

No mesmo relatório produzido pelo inspetor regional Arthur Queiroga em 1913, outras informações são relevantes para pensar a repetência e o léxico utilizado pelas professoras do GEPR. Ao visitar todas as classes do grupo, o inspetor escreve sobre a turma da professora Rita Cassiana Martins Pereira, essa professora era a mais elogiada do grupo, até 1925. A única crítica que ela sofria era em relação a disciplina de suas turmas. Em 1926 ela se tornou diretora da instituição. A classe que essa professora regia era o “1º ano mixto”. Segundo ele, esta classe era quase a “escola maternal do grupo Paula Rocha, com os alunos os menores da terra (...). Tem poucos novos e muitos repetentes, esperando ella poder passar para o 2º ano 1/3 dos alunos freqüentes”.

O léxico utilizado pelo inspetor para referir-se ao aluno que repetiu o 1º ano foi repetente. Não é possível através das fontes afirmar quantos desses alunos foram submetidos a exames e não obtiveram média e quantos sequer foram submetidos ao exame final. Contudo, pela análise das fontes, em especial pelos relatórios de diretores e inspetores, é possível inferir que a maior parte desses alunos não foi submetida a exames no ano anterior do ensino, uma vez que os alunos eram considerados os menores do grupo. Como apontado anteriormente e em outros relatórios, os alunos considerados pequeninos não eram levados aos exames finais. A justificativa dos alunos serem muito pequenos demonstra uma preocupação do corpo docente com as crianças, além de deixar clara a formalidade instituída com a prática de avaliar os alunos através dos exames, o que era um problema para as crianças pequenas.

Além dessa classe, o inspetor escolar também visitou outra classe de 1º ano feminina regida pela professora Maria José de Azeredo Coutinho. Segundo Arthur

Queiroga, essa turma também era de alunos repetentes e por isso eram candidatos a promoção para o 2º ano. Porém a professora esperava passar somente $\frac{1}{3}$ ou $\frac{1}{2}$ da turma.

Uma questão relevante é o fato de o inspetor considerar que as alunas da turma de Maria José de Azeredo Coutinho, teriam mais chance de ir para o 2º ano por já ter repetido o 1º ano. Algo semelhante ocorre com a classe de Natalina de Lima, essa de 1º ano masculino. Para o inspetor por serem “repetentes os dessa classe, também se podem salvar em $\frac{2}{3}$ ou $\frac{1}{2}$ ”. Chama a atenção, neste caso, o termo salvar. Este pode indicar que repetir o ano era entendido como problema. Mas também podemos inferir que o exame era visto como problema e por isso os alunos se salvariam. Não é possível afirmar o que este termo significava nessa situação, sendo necessário buscar compreendê-lo ao analisar outras fontes.

Porém o que se observa no GEPR, é que a maioria dos alunos ficava aproximadamente seis anos no 1º ano primário. Um aluno novato no 1º ano tendia a repetir e, em muitos casos repetia seguidamente esse ano do ensino. Isto mostrou que a repetência tendia a provocar novas repetências. Repetir um ano do ensino estava muito mais relacionado com uma prática escolar adotada no grupo. A prática da repetência escolar estava presente na cultura escolar do Grupo Escolar Paula Rocha. É como se fizesse parte da escolarização dos alunos, aceita por todos os profissionais do processo de maneira naturalizada.

Como já anunciado anteriormente, o termo reprovação não aparece em nenhuma das fontes relativas a escrituração escolar do GEPR. Qual era, então, o léxico utilizado pelo corpo docente do GEPR quando um aluno alcançava média nos exames finais e seguia o curso do ensino primário? E quando isso não ocorria? Os termos utilizados eram os mesmos nos Livros de Matrículas, atas de exames, termos de promoção e nas atas de exames.

Antes de apresentar o léxico utilizado, gostaria de fazer uma breve apresentação de como ocorria os exames finais no Grupo Escolar Paula Rocha. Inicialmente, na presença da diretora, do inspetor e do presidente da banca examinadora, as professoras realizavam a chamada de seus alunos, verificando a presença dos mesmos. Depois, dava-se prosseguimento, aos exames.

Após a realização das provas escritas dos alunos de 3º e 4º ano, as comissões examinadoras classificaram as mesmas, e, posteriormente deram início as provas orais de Leitura, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, História Natural e Geometria. As provas orais eram realizadas individualmente e o ponto era sorteado pelo próprio examinando. Os alunos de 1º e 2º ano só eram submetidos a exames orais, diferentemente dos alunos de 3º e 4º que eram submetidos a exames orais e escritos.

Vale ressaltar que os alunos através dos exames poderiam manter ou modificar a média conquistada ao longo do ano. Ou seja, a média anual adquirida durante o ano, era anulada ao final, valendo a nota alcançada no exame final. O que explica que alunos bem-sucedidos durante todo o ano, poderiam ser mal avaliados no exame final, ritual difícil para uma criança de sete anos.

No GEPR ocorria o mesmo do observado por Gonçalves e Faria Filho (2007), nos grupos escolares da capital mineira, ou seja, ainda que o aluno obtivesse média superior a 5 durante o ano, ele poderia, mesmo assim ser considerado “não preparado”, no exame final e repetir o ano. O inverso não era possível uma vez que somente era submetido ao exame final, aquele aluno que tivesse média superior a 5 ao longo do ano. É possível pensar que há uma destituição da autoridade do professor com essa prática, uma vez que, quem avalia o aluno no exame final e o considera como preparado ou não para seguir o curso é a banca examinadora e não o professor. Com a figura do diretor escolar e dos inspetores nas bancas examinadoras, o professor perde a autonomia, ou seja, em certa medida, seu saber é destituído.

É preciso lembrar também, que muitos alunos não eram submetidos aos exames finais por não terem alcançado média anual satisfatória ou por serem considerados muito “pequeninos”. A preocupação com o atraso ou o adiantamento dos alunos é freqüentemente comentada nos relatórios, visto que isso determinaria à realização de exames ao final do ano. O inspetor regional de ensino, Antonio Raymundo da Paixão, em 1915, escreve no relatório enviado à Secretaria do Interior: “*Argui os presentes em leitura, notando que muitos delles não venceram ainda as dificuldades technicas dessa disciplina e necessitam de continuadas explicações para, no fim do anno, poderem ser submettidos a exame*”.

Ao final do exame os inspetores publicavam os resultados, por ano. As classificações se davam da seguinte maneira: “aprovados com distinção e louvor, aprovados com distinção, aprovados plenamente, aprovados simplesmente, não preparados”. O termo reprovado foi encontrado apenas uma vez em 1911, não aparecendo mais em nenhuma documentação analisada. O termo utilizado quando um aluno prosseguia o fluxo do ensino primário era promovido. Logo após as atas de exame era apresentado o termo de promoção referente ao ano. Neste, eram apresentados os alunos promovidos para cada ano do ensino, seus nomes e média alcançada. Não constavam os nomes dos alunos não promovidos. As classificações no GEPR seguiam o Regulamento da reforma. “Um capítulo inteiro desse Regulamento é dedicado aos exames e promoções” (Rocha, 2008). Segundo a autora:

Os exames seriam de suficiência e finais. No primeiro caso, os exames seriam destinados aos alunos do 1º ao 3º ano, e os exames finais, aos alunos do último ano do curso. A classificação dos exames era distribuída nos seguintes graus: distinção, plenamente ou simplesmente. Havia certificados de aprovação, que eram conferidos aos alunos. (Rocha, 2008, p. 83)

Não é possível precisar o que significava cada grau de classificação dos alunos no GEPR. Parece-me que o grau era conferido de acordo com a nota alcançada no exame final. Porém, não é possível saber se a direção seguia rigorosamente as determinações legais. Segundo o regimento, se os alunos alcançassem nota igual ou superior a cinco, seriam considerados aprovados. Alcançando nota 5 eram aprovados simplesmente, se obtivessem nota de 6 a 9 eram aprovados plenamente e nota 10, aprovados com distinção. Os alunos que não alcançassem média 5 nos exames de final de ano seriam considerados não preparados, e repetiriam o ano. Havia um caráter extremamente formal no qual eram submetidos os alunos nos dias em que ocorriam os exames.

Em relação aos relatórios de diretores e inspetores os termos utilizados freqüentemente eram os mesmos encontrados nas atas de exames e termos de promoção. No relatório do inspetor Arthur Queiroga, de 1916, ele escreve, ao visitar uma turma de 2º ano atrasado: “Poucos alumnos há nesta classe para promoção porque são

iniciantes e não puderam [proceder] o mecanismo de leitura”. Parece que o aluno iniciante, ou seja, novo na escola, era considerado potencialmente não preparado e a idéia era cursar duas vezes o primeiro ano.

Já nos livros de matrículas é possível identificar no campo destinado as observações os termos relacionados a prática de promover ou não o aluno para o ano seguinte. Alguns novos termos surgem. Neste campo do livro de matrícula, a diretora escrevia informações como o comparecimento ou não do aluno ao exame no final do ano. Além disso, informa a condição do aluno em relação a promoção para o ano subsequente do ensino utilizando, quase que exclusivamente os termos “promovido ou não promovido”. Em relação ao grau conferido em exame só aparece o “aprovado plenamente”.

O termo “Inhabilitado”, também aparece no campo destinado as observações, mas não localizei nas fontes o que ele designa, em que contexto ele é utilizado. A única informação encontrada, cruzando os dados dos livros de matrículas com os relatórios, foi em 1911, em um relatório da diretora do grupo em que afirma, ao abordar os exames que 8 alunos do 4º ano foram “considerados inhabilitados, em vista da insuficiência das provas que exhibiram”.

Outra questão que vale ser destacada para pensar o léxico é a maneira como os anos (classes) escolares foram organizadas no grupo. A maneira como o corpo docente da instituição organizava, no início do ano, a separação dos alunos merece ser analisada. Já sabemos que com a instituição dos grupos escolares, a organização da escola graduada se pautava “na classificação homogênea dos alunos, na existência de várias salas de aula e vários professores” (Souza, 1998, p.15). Base disso estava o ensino simultâneo, em que o professor ensinava ao mesmo tempo um número maior de alunos, diferentemente do que ocorria com o método individual, utilizado, nas escolas isoladas.

No Grupo Escolar Paula Rocha, como já apontado o 1º ano primário foi desdobrado em dois: inicialmente 1º ano do 1º semestre e 1º ano do 2º semestre e posteriormente, 1º ano atrasado e 1º ano adiantado. Porém, há uma mudança apenas na denominação, porque a divisão do 1º ano primário continua a ter o mesmo sentido: organização por nível de aprendizagem. O que significa 1º ano atrasado e 1º ano adiantado?

Como o grupo foi inaugurado no segundo semestre de 1907 é possível inferir que a denominação por semestres estava relacionada ao fato de alunos que já freqüentavam as escolas isoladas da região terem entrado no 1º ano do 2º semestre, pois já teriam aprendido os conteúdos do 1º semestre e os alunos novatos que nunca freqüentaram a escola tivessem entrado no 1º ano do 1º semestre. Parece-me que o 1º ano do 1º semestre se transformou no atrasado e o 1º ano do 2º semestre se tornou o adiantado.

As turmas do 1º ano atrasado eram as dos alunos menores, com menos idade, como mostra o trecho do relatório do inspetor Arthur Queiroga, de 1918. Ao visitar a turma do 1º ano atrasado, do sexo masculino, regida pela professora Davina do Couto, o inspetor conclui que:

...pouco ageitada para o ensino maternal essa docente a quem não vejo preparo e inteligência. Levanta muito a voz, excede-se nas repreensões pouco amaneiradas (...) e os chamados de atenções perturbam a mansidão necessária (...). Não fosse a necessidade da evolução e conviria a professora tratar com alunos crescidos em idade e aproveitamento (SI3778)

O que se observa com uma análise preliminar dos dados encontrados é que a turma de atrasados não estava relacionada ao fato dos alunos terem repetido de ano, mas o contrário, parece que se trata dos alunos novatos, com menor idade e que ainda não tinham freqüentado o grupo. Provavelmente, grande parte da turma nesse ano, repetiria o 1º ano e prosseguiria, em 1919, no 1º ano adiantado.

A turma do 1º ano adiantado era a turma de repetentes e dessa forma, uma turma que se esperava um melhor rendimento e, conseqüentemente maiores promoções ao final do ano, nos exames escolares. Em 1915, o inspetor regional de ensino, Antonio Raymundo da Paixão, ao visitar a classe de 1º ano masculino (a turma adiantada), regida pela professora Ida Baptista dos Santos, afirma que “havendo examinado os meninos em leitura, observei que o aproveitamento não está de acordo com o tempo de ensino e para esse facto pedi a atenção da colega”. Como era uma turma que já tinha feito o 1º ano, o inspetor não esperava um baixo aproveitamento dos alunos.

Como consequência da repetência no 1º ano, a distribuição das matrículas nos outros anos ficava distorcida. Foi possível observar que nas duas primeiras décadas de funcionamento do grupo, o 1º ano sempre foi aquele que teve o maior número de alunos matriculados e por isso, o maior número de classes.

Por fim, gostaria de salientar que no GEPR, repetir um ano não estava necessariamente significado como um problema do aluno. Prova disso, é a maneira afetiva que o corpo docente tratava os alunos do 1º ano das turmas “atrasadas”, como “pequeninos”, parece-me haver uma preocupação e cuidado por parte das professoras, direção e inspeção com a pouca idade das crianças. Isso não quer dizer que não tenha outras formas de repetência e que essas não eram vistas como problema. Repetir um ano em alguns casos era uma questão a ser resolvida. Como mostra alguns relatórios da diretora e dos inspetores, que buscavam orientar as professoras para que seus alunos tivessem um bom aproveitamento.

O GEPR, como solução para a questão da repetência no 1º ano, criou mais um ano do curso primário. Dessa maneira, o primário nessa instituição se dava em no mínimo cinco anos e não em quatro, como previsto na legislação. “A trajetória escolar de uma criança que nunca tinha frequentado uma escola anteriormente, nem havia sido alfabetizada em casa, e entrava no Grupo seria no mínimo de 5 anos, isto é: ela passaria pelo 1º ano atrasado (ou do 1º semestre), 1º ano adiantado (ou do 2º semestre), 2º ano, 3º ano e 4º ano”. (Rocha, 2008). Este era o fluxo considerado normal naquela escola.

De toda maneira, é importante ressaltar que enquanto o aluno não aprendesse todo o conteúdo do programa de ensino ele não prosseguia no curso, e isso era comum no 1º ano. Porém muitos repetiam esse ano mais de uma vez. Muitos alunos chegavam a fazer 6, 7 vezes esse ano do ensino. De todo modo, é importante ressaltar, que no GEPR não era possível caracterizar, nas primeiras décadas do século XX, uma única retenção no 1º ano como se aluno não tivesse aprendido o conteúdo ensinado. É possível afirmar, isso sim, que ao aluno não era ensinado todo o conteúdo previsto pelo Programa de Ensino em apenas um ano. Por esse motivo, o GEPR organizou as classes do ensino primário, desdobrando o 1º ano primário, assim, os alunos faziam em no mínimo dois anos esse ano do ensino. O que percebi, com as análises das fontes até o momento, foi que o conteúdo

presente no Programa de Ensino do 1º ano primário não era possível de ser contemplado, durante um ano apenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE, Caldas. *Diccionario contemporaneo da língua portugueza*. 2ª ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1925. 2 v.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, 1990, vol.1, n.2, pp. 177-229.

DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA: etymologico, prosodico e orthographico. 12ª ed. Lisboa: A Editora, 1913. (Os Dicionários do Povo. Propaganda de Instrução para portuguezes e brasileiros;)

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação*, 2000. p.33-47.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. Tempos escolares e tempos sociais: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais. In: VIDAL, D.G; HILSDORF, M.L (orgs). *500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001.

GIL, Natalia de Lacerda. Reprovação e repetência escolar: a configuração de um problema político-educacional. In: 37ª Reunião Nacional da Anped, Florianópolis, 2015.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Acesso, permanência e avaliação escolar na constituição da escola primária em Minas Gerais. *Educação em foco*. Juiz de Fora, n. especial, mar/ago, 2007.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. Inspeção técnica como dispositivo de formação de professores: estratégia de produção de um modelo escolar em Minas Gerais. *Revista História da Educação*, vol 7, n. 39, jan/abr. 2013.

ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. *A reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/ Sabará (1907-1916)*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

RODRIGUES, Ana Cláudia de Sousa. Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro (1912-1915): a escolarização da infância em Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: USP, 2007 (dissertação de mestrado).

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo, UNESP, 1998.

FONTES:

MINAS GERAIS. *Relatório de Grupos. 1913 (6ª secção)*. Relatório apresentado pela directora do Grupo Escolar de Sabará: 1913. SI 3461

_____. *Inspeção técnica do ensino/ Termos de visita do 4º trimestre*. Termo de Visita do Inspetor Arthur Queiroga: novembro de 1913. SI 3465

_____. *Relatórios (1ª a 7ª circunscrição litteraria) (6ª secção)*. Relatório do inspetor regional Antonio Raymundo da Paixão: 1915. SI 3585.

_____. *Relatórios de 1916 – 1ª a 6ª circunscrição (6ª secção)*. Relatório do inspetor Arthur Queiroga: 1916a. SI 3635.

GRUPO ESCOLAR PAULA ROCHA. *Livro de termos de visitas e actas (actas de exames e de instalação dos trabalhos escolares) do Grupo Escolar Paula Rocha: 1910-1916*.